

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

TENDÊNCIAS NO ENSINO SUPERIOR: INCENTIVOS, DESIGUALDADES E FORMAÇÃO DOCENTE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Elaira Adriana Santos Garcia, Viviana Mendes Lima.

Universidade do Vale do Paraíba/Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Avenida Shishima Hifumi,
2911, Urbanova - 12244-000 - São José dos Campos-SP, Brasil, elaira47@gmail.com,
geolimabrasilch@yahoo.com.br.

Resumo: O presente artigo propõe uma análise acerca da expansão do ensino EaD, das políticas de financiamento do Estado e os interesses aos investimentos empresariais nos setores educacionais. O objetivo do artigo é a partir dessa análise, discutir sobre o processo de formação docente no país, considerando o contexto do Ensino a Distância - EaD e como a desigualdade social na qual as pessoas não têm acesso à internet e tecnologias, pode afetar na qualidade do ensino, inviabilizando o conhecimento das pessoas nessa modalidade. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória, baseando-se em estudos de diversos autores sobre o tema e dados estatísticos. Como considerações finais espera-se compreender, se esta modalidade de ensino contribuiu para a qualidade da formação de novos docentes.

Palavras-chave: EaD, docentes, formação, educação e desigualdades.

Área do Conhecimento: Ciências Humanas – História.

Introdução

As graduações a distância no Brasil se consolidaram rapidamente ao decorrer dos anos e tornaram-se bastante procuradas e adotadas por pessoas que buscam por diversos motivos, entre eles uma formação acessível economicamente, rápida e flexível em dias e horários das aulas. Na busca pelo direito à educação, a utilização do Ensino a Distância (EAD) é apontada como forma de superação das distâncias geográficas, que em algumas situações impedem o acesso físico a instituições de ensino (SANTOS, 2019, pp. 54). É através dessas justificativas, que o então o presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) em 1995 começa a propor essa modalidade nas universidades públicas a partir das políticas educacionais, porém sua efetivação ocorre no governo Lula. Assim, a EaD torna-se uma opção viável para muitos estudantes que moram em regiões desprovidas de Instituições Superiores de Ensino (IES), neste sentido no Portal do MEC (2023) a definição de EaD:

A Educação a Distância é a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. Esta definição está presente no Decreto 5.622, de 19.12.2005 (que revoga o Decreto 2.494/98), que regulamenta o Art. 80 da Lei 9.394/96 (LDB), (BRASIL, MEC, 2023)

O ensino a distância foi demasiado divulgado e financiado por ações governamentais, que contavam com o apoio internacional de instituições como o Banco Mundial e Unesco que defendiam a especialização para atender uma nova demanda no mercado de trabalho. O objetivo inicialmente era proporcionar através do ensino a distância nas universidades públicas a formação docente rápida para profissionais da educação que atuavam nas escolas, mas possuíam apenas o magistério. Assim, entre os anos de 2005 e 2007, foram criados dois projetos que deram prosseguimento à política de EaD no país, a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e o Pró-Licenciatura (MANDELI, 2014). É a partir de um conjunto de reformas que segundo Malanchen (2015) tem como pressuposto a ampliação de acesso à educação básica, a diversificação das instituições de Ensino Superior e de seus cursos e a diversificação das fontes de financiamento desse nível de ensino, que o EaD adentrou nos moldes

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

educacionais, desbancando a formação docente ou de outras graduações em universidades públicas e privadas das modalidades presenciais.

As EaDs vêm se expandindo cada vez mais em ritmo acelerado, sendo que a inclusão das Tecnologias de Comunicação e Informação - (TICs) utilizadas neste processo educacional. Para Moran (2013, p.3) a EaD pode ser trabalhada nos mesmos níveis que a educação presencial fundamental, médio, superior e pós-graduação. Sendo que seu maior foco é a educação de adultos e o processo de ensino-aprendizagem, mediado por tecnologias, onde professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente. Ademais, o Brasil é um país desigual, em diversos aspectos, especialmente quando falamos de educação, há uma disparidade histórica regional, considerando a extensão territorial do país e as dificuldades no acesso dos estudantes em equipamentos tecnológicos, que possibilitem adentrarem neste universo tecnológico inovador de forma igualitária para muitos. Sabe-se que as questões econômicas e tecnológicas são grandes fatores impeditivos, apesar do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – (IBGE) ter constatado que houve avanços, ainda segundo o órgão “De 2019 a 2021, o percentual de domicílios com conexão à internet por banda larga móvel caiu de 81,2% para 79,2%, enquanto o percentual da banda larga fixa aumentou de 78,0% para 83,5% (IBGE, 2022). As instituições de ensino superior precisam se adaptar a desafios como desigualdades de acesso à internet e falta de infraestrutura tecnológica. Isso requer uma plataforma confiável, planejamento claro e capacitação dos professores. Durante a pandemia, essas questões se agravaram, com cerca de 28 milhões de brasileiros sem acesso à internet.

Este artigo visa abordar os incentivos do Estado e dos segmentos empresariais relacionados ao Ensino Superior, bem como apresentar dados sobre a transferência do Ensino Superior para as instituições privadas. Além disso, discussões relacionadas às desigualdades sociais e a dificuldade de acesso à internet aos quais implicam diretamente na eficácia do ensino a distância. O texto também analisará as questões que envolvem a formação docente na modalidade de ensino a distância e como essas abordagens podem ser aplicadas no contexto do ensino básico público.

Metodologia

O objetivo deste artigo é analisar e discutir de forma preliminar a qualidade da formação docente nas modalidades a distância e os interesses públicos e privados acerca do tema. Para essa discussão, o artigo utilizará como metodologia a pesquisa bibliográfica descritiva, de livros, artigos em periódicos e bases de dados a respeito da temática que se dedicaram a estudar o fenômeno da formação docente a distância no Brasil, entre eles podemos citar a autora Julia Malanchen e Catarina de Almeida Santos, Evelyn Amorim, Aline de Souza Mandeli e Olinda Evangelista, entre outros utilizados na literatura. Para complementar essa discussão, foram analisados dados do Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP) e do Ministério da Educação (MEC).

Essas obras e dados foram fundamentais para embasar teoricamente o tema e as compreensões abordadas no artigo. O artigo discute a educação brasileira sob diversas perspectivas, abrangendo tanto o setor público quanto o privado na formação EaD. Ademais, o artigo visa pesquisar a educação a distância, contudo será aprofundado, devido ao número limitado de páginas, estabelecidos pelo Congresso. No entanto, será importante analisar o financiamento estatal na construção de políticas públicas e incentivos, o acesso dos brasileiros às tecnologias e internet, para avaliar a oferta e o crescimento desta modalidade de ensino.

Discussão

A partir da expansão das políticas educacionais na modalidade a distância, as ações governamentais são direcionadas para o ensino superior, principalmente para a formação de professores nos cursos de licenciaturas (AMORIM, 2019, p. 29), foram então criadas a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a Pró-Licenciatura. O Programa Pró-Licenciatura foi estabelecido com a finalidade de proporcionar formação inicial por meio do EaD para professores que já estão trabalhando no ensino fundamental ou médio das redes públicas, porém ainda não possuem formação universitária. A UAB foi criada em 2006 e tinha por objetivo aumentar a disponibilidade dos cursos e os programas de Ensino Superior no país, fornecendo formação pública para professores em todo o território nacional

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

(CAPES, 2016). No entanto, isso também implicou na transferência de parte do ensino público para a iniciativa privada, transformando o perfil da educação do país. Segundo dados pesquisados por Amorim (2019), em 2008, foram realizadas 448.973 matrículas nos cursos de graduação na modalidade a distância nas Instituições Ensino Superior (IES) privadas, o que representou 61,68%. Já nos últimos dez anos esse número cresceu para 1.883.582, representando 91,59% do total de matrículas em cursos de graduação nessa modalidade. Dados do INEP (2022) demonstram que:

A série histórica da pesquisa indica, ainda, que as duas pontas da ferradura — ensino presencial e a distância — tendem a se afastar cada vez mais. Entre 2020 e 2021, o aumento de ingressantes nos cursos superiores foi ocasionado, exclusivamente, pela oferta de EaD na rede privada. Nesse período, a modalidade teve um acréscimo de 23,3% (24,2% em instituições privadas), enquanto o ingresso em graduações presenciais reduziu 16,5%. O comparativo confirma a tendência de crescimento do ensino a distância ao longo do tempo. Nessa rede de ensino, 70,5% dos estudantes, em 2021, ingressaram por meio de cursos remotos. O censo de 2021 registrou 2.574 instituições de educação superior. Dessas, 87,68% (2.261) eram privadas e 12,2% (313), públicas. Nesse contexto, a rede privada ofertou 96,4% das vagas. Já a rede pública foi responsável por 3,6% das ofertas. O número de matrículas também seguiu a tendência de crescimento dos últimos anos e chegou a mais de 8,9 milhões. As instituições privadas concentraram a maioria dos matriculados: 76,9%. Já as públicas registraram 23,1% deles — entre 2011 e 2021, o percentual de estudantes matriculados na educação superior aumentou 32,8%, o que corresponde a uma média de 2,9% ao ano. Já quando o assunto é a relação entre matrícula e modalidade de ensino, a expansão da EaD ficou, mais uma vez, evidenciada. Em 2021, foram mais de 3,7 milhões de matriculados em cursos a distância. O número representa 41,4% do total. Na série histórica destacada pela pesquisa (2011 a 2021), o percentual de matriculados em EaD aumentou 274,3%, enquanto, nos presenciais, houve queda de 8,3%. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP, 2022) E MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC, 2022):

Em pesquisa realizada pela educadora Catarina Santos, entre 2008 e 2018, a modalidade de Educação a Distância (EaD) no setor privado registrou o maior percentual de crescimento nas matrículas, alcançando um aumento expressivo de 319%. Ainda na análise da pesquisa houve uma expansão no ensino EaD que não pode deixar de levar em consideração a força do mercado Educacional e a incidência dos empresários do ramo frente aos tomadores de decisões em todas as esferas estatais, inclusive regulatórias (SANTOS, 2019, pp.55). Das seis maiores mantenedoras de licenciatura no Brasil, cinco são particulares, três das quais pertencem ao grupo Kroton S.A. Elas concentravam, em 2015, 25,1% do total de matrículas de todas as licenciaturas, dos quais 17% foram apropriadas pelo grupo Kroton que, sob qualquer ponto de vista, é a maior escola mundial: contava, em 2017, com 7,8 milhões de estudantes e R\$ 17, 6 bilhões em total de ativos financeiros. (EVANGELISTA et al., 2019, p. 68).

Sendo o Ensino Superior o carro-chefe da empresa, destaca em sua página na internet que, em 2018, já havia 1.310 polos, distribuídos em 960 municípios de todos os estados do país. Segundo a empresa, 92% dos alunos do EaD cursaram a maior parte do ensino médio em escola pública; apenas 21% não trabalham; 71% são os principais responsáveis pelo pagamento da mensalidade; a renda pessoal de 62% dos alunos é de até dois salários-mínimos e a renda familiar de 82% deles é de até quatro salários. A empresa destaca ainda que com a aquisição da Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), em 2011, contribuiu para que as matrículas presenciais se deslocassem para modalidade EaD (KROTON, 2018) (AMORIM, 2018).

Ainda nesta reflexão, estudos de Sheila Paiva e Iracema Oliveira, apresentam dados estatísticos do crescimento da educação a distância no período de 2009 a 2019, o que comprova o quanto a educação EaD tornou-se um bom investimento econômico para esses grupos que detêm o controle deste segmento.

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

Tabela 1 - Evolução das matrículas de cursos de graduação a distância por categoria administrativa no Brasil 2009-2019.

ANO	TOTAL	ESTADUAL	FEDERAL	MUNICIPAL	PRIVADO
2009	838.125	86.059	86.550	87	665.429
2010	930.179	76.414	104.722	466	748.577
2011	992.927	71.152	105.850	922	815.003
2012	1.113.850	64.778	102.211	14.635	932.226
2013	1.153.572	46.929	92.344	15.280	999.019
2014	1.341.842	39.181	96.482	3.710	1.202.469
2015	1.393.752	43.988	81.463	2.942	1.265.359
2016	1.494.418	45.479	73.674	3.448	1.371.817
2017	1.756.982	62.250	101.395	1.927	1.591.410
2018	2.056.511	77.949	93.075	1.903	1.883.584
2019	2.450.264	74.451	81.189	2.017	2.292.607

Fonte: Paiva e Oliveira (2021).

A expansão do EaD e as falsas justificativas que é partir dele que alcançaremos a democratização da educação vem mascarando dois fenômenos que vem ocorrendo nos países periféricos: o aligeiramento da formação inicial e o processo de certificação em larga escala (LIMA, 2001). A partir dos incentivos públicos por meio dos programas UAB e Pró Licenciatura, os cursos de licenciaturas foram os que mais se sucederam nessa modalidade. Conforme os dados apresentados verificamos que anualmente as matrículas em EaD nas instituições públicas vão diminuindo, em contrapartida, nas instituições privadas o sentido é inverso, aumentando a cada ano (AMORIM, 2019). Para o IBGE (2022) as questões tecnológicas são essenciais para uma educação EaD de qualidade, os critérios são:

Na área rural, a proporção de domicílios com internet foi de 57,8% para 74,7%, entre 2019 e 2021, enquanto na área urbana, ela subiu de 88,1% para 92,3%; em 2021, o celular era o principal dispositivo de acesso à internet em casa, sendo utilizado em 99,5% dos domicílios com acesso à grande rede. Em seguida, vinha a TV, principal dispositivo para acesso à internet em 44,4% dos domicílios, superando, pela primeira vez, o computador (42,2%); O uso da internet móvel para chamadas de voz ou vídeo (95,7%) ultrapassou o das mensagens de texto, voz ou imagens (94,9%), finalidade mais frequente 83,5%; de 2019 a 2021, o percentual de domicílios com conexão à internet por banda larga móvel caiu de 81,2% para 79,2%, enquanto o percentual da banda larga fixa aumentou de 78,0% para 83,5% (IBGE, 2022).

Outros questionamentos acerca da expansão da EaD no país, vem sendo sobre a qualidade da formação proporcionada pelas IES, principalmente nos cursos de licenciaturas. A metodologia de ensino utilizada nos centros universitários e faculdades EaD's tem sido questionada por influenciar a forma como os futuros professores aprendem a ensinar. Atualmente, as aulas ocorrem por meio de ambientes virtuais de aprendizagem, com vídeos curtos de aproximadamente 15 minutos. A formação de professores via modalidade EaD deixam de ter um caráter de transformação social, pensamento crítico e emancipador e se torna mercadoria aos olhos do Estado e dos grandes empresários.

Refletindo sobre as palavras de Paulo Freire, considerado pai da pedagogia brasileira, fica claro que a formação do professor é um processo contínuo e dinâmico, permeado pela constante reflexão crítica sobre sua prática pedagógica. Dar uma aula em um estúdio vazio, elaborar e apresentar uma dúvida em texto escrito, esperar o tempo do outro para a resposta e compreender as entrelinhas dos discursos são situações inéditas, que deslocam professores e alunos e os afastam (LAPA e PRETTO, 2010, p.83).

Os professores agora atuam mais como tutores e a maior parte da nota dos alunos é baseada em provas objetivas adaptadas em sua maioria do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), FUVEST, PUC e entre outros vestibulares. O ENADE é de suma importância para as IES, ele é um indicador de qualidade que avalia o rendimento dos concluintes dos Cursos de Graduação em relação aos conteúdos

programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos cursos, o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao aprofundamento da formação geral e profissional, e o nível de atualização

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

dos estudantes com relação à realidade brasileira e mundial (INEP, s.d). Bons resultados no ENADE, tendem, portanto, a aumentar significativamente os recursos repassados pelo MEC para serem empregados em mais e melhores programas acadêmicos (UFF, s.d). A sociedade já internalizou os resultados do ENADE como o principal parâmetro de avaliação das instituições e cursos de graduação superior no país e as IES usam principalmente disso para reafirmar seu valor e conceituação.

O principal objetivo dessa abordagem metodológica utilizada pelas IES, principalmente as privadas, é preparar os alunos para as avaliações realizadas por órgãos públicos, como o MEC e o ENADE. Isso faz com que os estudantes já estejam familiarizados e preparados para essas provas, com o intuito de obter boas notas e garantir uma imagem positiva para as instituições de ensino, seguindo uma lógica capitalista que nem sempre estão alinhadas ao propósito de educação de qualidade. No entanto, essa ênfase excessiva nas provas, levam aos estudantes a memorizarem o conteúdo em vez de realmente compreendê-lo.

As formações precárias podem implicar em futuros educadores que repliquem esse modelo em suas próprias salas de aula, baseando-se principalmente nas Bases Nacionais Curriculares Comuns (BNCC) que não levam em conta a realidade diversificada das escolas brasileiras e os elevados índices de desigualdade social no país; logo, em terreno fértil, favorece a disposição de privilégios aos empresários interessados em padronizar a educação para atender aos objetivos do mercado (ANFOPE, 2017).

Conclusão

Após receberem grandes incentivos do setor público e privado, as faculdades a distância se consolidaram no Brasil, especialmente para cursos de licenciatura. Os programas federais direcionados aos profissionais da educação, que atuavam em escolas com apenas o magistério, impulsionaram essa adesão rápida. No entanto, surgiram questionamentos em relação aos métodos de ensino e ao tipo de profissional formado por essas instituições. Atualmente, as universidades com modalidade de ensino EaD são mais procuradas do que as instituições públicas e os cursos presenciais, especialmente por estudantes interessados em licenciaturas.

Contudo, há críticas quanto à falta de foco em pesquisa, extensão, criticidade e reflexão nesse modelo de ensino. Os alunos aprendem por meio de videoaulas gravadas por vezes curtas e apostilas, com pouco contato direto com os professores. Além disso, a abordagem de estudo baseada em videoaulas curtas e apostiladas pode restringir a participação ativa dos alunos, reduzindo as oportunidades de debate, discussão e trabalho em grupo, ambiente vivenciado durante as aulas presenciais, bem como as experiências de vida. Esses aspectos são importantes para a construção de conhecimento coletivo e para o desenvolvimento das habilidades sociais e colaborativas dos futuros docentes e profissionais.

Os alunos geralmente vão aos polos para fazerem provas adaptadas dos vestibulares, com o objetivo de se prepararem para exames futuros, como o ENADE, que se torna uma grande preocupação a partir dos resultados nos indicadores institucionais, quando estes não são bem avaliados. Este exame tornou-se a vitrine do marketing das instituições privadas, e afetam o prestígio das instituições de ensino e a distribuição dos recursos para as melhorias na oferta da educação de qualidade quando o resultado não é satisfatório. Esse problema torna-se ainda mais complexo nas escolas públicas devido à defasagem no aprendizado, falta de infraestrutura e no ensino.

Essas instituições frequentemente enfrentam desafios como falta de infraestrutura adequada, recursos limitados e turmas numerosas, o que dificulta ainda mais a personalização do ensino. Ao aplicarem a mesma metodologia utilizada no EaD em sala de aula, os professores podem deixar de lado a individualidade e as necessidades específicas de cada aluno. A falta de interação direta e o contato limitado com os docentes podem comprometer o desenvolvimento das habilidades de pensamento crítico, reflexão e análise, que são fundamentais para a formação integral dos estudantes em uma sociedade tão multiplural de ideias e ações.

Referências

ANFOPE. **Posição da ANFOPE sobre a BNCC**. Brasília: [s.n.], 2017. Disponível em: http://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2018/05/CARTA-de-Brasilia_ANFOPE-V-Audiencia

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

Publica-CNE.-11.9.2017.pdf. Acesso em: 14 jul. 2023.

AMORIM, Evelyn Vieira et al. **Formação de pedagogos na educação a distância no Brasil - período de 1990-2018**: uma análise contra-hegemônica a partir da Pedagogia Histórico Crítica. 2021.

BRASIL, MEC. **Decreto 5.622, de 19.12.2005**. Educação Superior a Distância. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article/193-secretarias-112877938/seed-educacao-a-distancia-96734370/13105-educacao-superior-a-distancia?Itemid=164>>. Acesso em 30.jul.2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**, Brasília, 2018. Disponível em:
http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf Acesso em 30.jul.2023.

CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Ensino a distância cresce 474% em uma década**. INEP-MEC. Disponível em <<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-da-educacaosuperior/ensino-a-distancia-cresce-474-em-uma-decada>>. Acesso em 30.jul.2023.

EVANGELISTA, O.; SEKI, A. K.; SOUZA, A. G. de.; TITTON, M.; AVILA, A. B. **Desventuras dos Professores na formação para o capital**. Campinas: Mercado de Letras, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 19897,

IBGE. **Internet já é acessível em 90,0% dos domicílios do país em 2021**. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34954-internet-ja-e-acessivel-em-90-0-dos-domicilios-do-pais-2021#:~:text=Internet%20chega%20a%2090%2C0,%25%20para%2092%2C3%25>>. Acesso em. 20.jul.2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade)**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enade>. Acesso em: 14 jul. 2023.

LAPA, Andrea; PRETTO, Nelson De Luca. **Educação a distância e precarização do trabalho docente**. Em aberto, v. 23, n. 84, 2010.

MALANCHEN, Julia. **Políticas de formação de professores a distância no Brasil**: uma análise Crítica. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.

MANDELI, Aline de Souza. **Fábrica de Professores em Nível Superior**: A Universidade Aberta Do Brasil (2003-2014). Orientadora: Olinda Evangelista. 262 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC: 2014. Versão impressa e Eletrônica.

MORAN, José Manuel. **O que é educação a distância**. 2002. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/dist.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2016.

PAIVA, Sheila de Araújo; LIMA, Iracema Oliveira. A expansão da educação a distância no Brasil e a influência de organismos multilaterais. **Seminário Nacional e Seminário Internacional Políticas Públicas, Gestão e Práxis Educacional**, v. 8, n. 8, 2021.

SANTOS, Catarina de Almeida. **Educação a Distância**: tensões entre expansão e qualidade. Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, p. 53- 58, 2019.